



**MPV 1182
00148**

CD/23108.39638-00

CÂMARA DOS DEPUTADOS

**EMENDA Nº - CMMPV 1182/2023
(à MPV nº 1182/2023).**

EMENDA N.º

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo na Medida Provisória nº 1.182/2023:

Art. XX - Os Estados, Municípios e o Distrito Federal ficam autorizados a explorar todas as modalidades lotéricas previstas na legislação federal, podendo ser efetuadas mediante concessão, permissão, autorização ou diretamente, sempre observadas as modalidades previstas na legislação federal, respeitada a autonomia dos Entes para definir suas respectivas regulamentações, critérios de operação e destinação de recursos, vedado o uso da expressão "Loteria Federal" pelos demais Entes federativos que não a União.

§ 1º A comercialização de loteria pelos Estados, Municípios ou Distrito Federal é restrita às pessoas fisicamente localizadas nos limites de suas circunscrições, inclusive as realizada em meio eletrônico ou virtual, respeitado o previsto nos § 2º e § 3º.

§ 2º É facultada aos Estados, Municípios e Distrito Federal a exploração multijurisdicional de suas loterias, sendo permitida associação, convênio, consórcio, compartilhamento, representação, contratação, ou qualquer avença diretamente entre Estados ou Municípios com objetivo de aumentar a atratividade da exploração das loterias em canal físico, eletrônico e digital em mais de uma jurisdição.

§ 3º Considera-se multijurisdicional a exploração de loteria que abranja o território e a população fisicamente localizada nos limites da circunscrição de mais de um ente federativo, devendo o instrumento legal que permita a exploração conjunta de mais de um Ente prever a distribuição de receitas proporcionalmente ao arrecadado em cada Ente associado, sendo vedado, expressamente, que a comercialização dos produtos atinja pessoas fisicamente localizadas fora dos limites territoriais dos Entes associados.



* C D 2 3 1 0 8 3 9 6 3 8 0 0 *

§ 4º Os Estados, Municípios e o Distrito Federal deverão definir, através de instrumentos legais próprios, em que áreas serão aplicados os recursos obtidos com a exploração dos produtos lotéricos, bem como a premiação que será destinada para cada produto, devendo prestar contas aos tribunais de contas estaduais ou municipais e ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

§ 5º É terminantemente proibida a exploração, distribuição, veiculação publicitária ou qualquer outra forma de operação de loteria ou jogos estrangeiros, que não sejam autorizados por algum Ente nacional habilitado, inclusive quanto a publicação de seus resultados, consoante com o previsto nos artigos 45 a 50 do decreto-lei nº 6.259 de 10 de fevereiro de 1944.

§ 6º A vedação de que trata o § 5º se estende a qualquer tipo de distribuição, seja física ou virtual.

Justificação

O Supremo Tribunal Federal definiu, em setembro de 2020, por unanimidade, que compete ao todos os Entes Federativos promover a operação das modalidades lotéricas previstas em Lei Federal, uma vez que é reservado exclusivamente à União o caráter legiferante da definição das modalidades lotéricas que poderão ser exploradas no País.

Em virtude disso, a Medida Provisória ora emendada precisa refletir o espírito dessa decisão, contemplando o direito dos Estados e Municípios de disciplinarem a atuação das operações em seus limites territoriais, cabendo ao Ministério da Fazenda ditar as regras das operações a nível nacional.

Por conta disso, a emenda ora apresentada visa disciplinar a atuação dos demais entes subnacionais, bem como estabelecer maior rigor na seleção das empresas que poderão ser credenciadas, exigindo comprovação de qualificação econômica e técnica para atuarem em um mercado tão especializado e competitivo, reforçando a segurança para os apostadores.

Sala das Sessões, em 31 de julho de 2023.

Deputado **MAURO BENEVIDES FILHO**

PDT/CE

